

Processo: **00140-2004-801-10-00-7 RO** (Acórdão 2ª Turma)
Origem: 1ª Vara do Trabalho de PALMAS/TO
Juiz(a) da Sentença: Suzidarly Ribeiro Teixeira Fernandes
Relator: Desembargador Brasilino Santos Ramos
Revisora: Desembargadora Maria Piedade Bueno Teixeira
Julgado em: **15/02/2006**
Publicado em: **24-Fev-2006**
Recorrente: Nativa Engenharia S.A.
Advogado: Carlos José Elias Júnior
Recorrente: Enel Power do Brasil Ltda.
Advogado: Murilo Sudré Miranda
Recorrido: Ministério Público do Trabalho
Advogado: Carlos Eduardo de Azevedo Lima

Acórdão do(a) Exmo(a) **Desembargador Brasilino Santos Ramos**

EMENTA

1. NULIDADE DE SENTENÇA. CERCEAMENTO DE DEFESA. EMBARGOS DECLARATÓRIOS. AMEAÇA. A mera citação do teor de dispositivo legal acerca da imposição de multa para casos em que forem opostos embargos de declaração protelatórios não pode ser considerada ameaça. Inexistindo impossibilidade imposta pela Magistrada de que a parte, em querendo, opusesse embargos, não há de se falar em cerceamento de defesa. Prefacial rejeitada. PRINCÍPIO DA IDENTIDADE FÍSICA DO JUIZ. CPC, ARTIGO 132. JUSTIÇA DO TRABALHO. INAPLICABILIDADE. Pacífico o entendimento de que na Justiça do Trabalho não se aplica o princípio invocado - inteligência da Súmula n.º 136/TST. 2. MINISTÉRIO PÚBLICO. LEGITIMIDADE ATIVA. DIREITOS COLETIVOS E DIFUSOS. DANO MORAL COLETIVO. Inarredável o reconhecimento da legitimidade do Ministério Público do Trabalho para a proposição de ação civil pública que busque indenização por dano moral (que, no caso, indubitavelmente possui feição coletiva), haja vista sua função institucional, porquanto se cogita da proteção de interesses coletivos e difusos tutelados juridicamente, que, uma vez desrespeitados, podem ensejar a violação aos direitos do ser coletivo. **3. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. AUSÊNCIA DE PERDA DO OBJETO. INTERESSE DE AGIR.** Se já houve a transgressão da ordem jurídica (no dizer autoral), dando ensejo ao ajuizamento da presente ação civil pública cuja indenização por danos morais ora se busca, há de se reconstituir o mal que porventura já tenha sido causado à coletividade, impondo-se ao transgressor sanção pelo ilícito praticado. Não pode o Ministério Público, ante sua função institucional albergada pela Carta Política de 1988, compactuar com o silêncio apenas pelo fato do término das obras. Se já houve afronta à ordem jurídica; se já houve lesão a direitos coletivos e difusos, o objeto da ação ainda paira no ar, incólume, desafiando a decisão judicial, desta feita em sede recursal. **4. DANO MORAL COLETIVO. CONFIGURAÇÃO. INDENIZAÇÃO.** Se a prova documental fartamente colacionada é preponderante no sentido de demonstrar o desrespeito às normas de medicina e segurança do trabalho, mormente se considerados os prazos impostos pelo Termo de Ajuste de Conduta, fica patenteada a ocorrência de dano moral consubstanciado em prejuízo moral de que foi alvo toda a coletividade de trabalhadores da ré, assim

como a própria sociedade, na medida em que foram violados os Direitos e Garantias Fundamentais. Em se tratando de direitos coletivos e difusos, não se pode cogitar de "meio-termo". A vida do trabalhador, sua dignidade enquanto ser humano merecedor de consideração, não admite transações. Concluindo-se que houve permanência no cometimento de irregularidades, que vieram a ferir direitos coletivos, como também difusos, justifica-se a reparação genérica, não só pela transgressão ao ordenamento pátrio vigente, com o que não pode compactuar a sociedade, mas também pela feição pedagógica da sanção imposta, que, ao menos indiretamente, restabelece a legalidade pela certeza de punição do ato ilícito. 5. Recursos conhecidos e desprovidos.